

# Aspectos Metodológicos em Gestão Social: O Processo de Criação de uma Reserva Extrativista no Litoral Sul de Santa Catarina

METHODOLOGICAL ISSUES IN SOCIAL MANAGEMENT: THE PROCESS OF CREATING AN EXTRACTIVE RESERVE IN THE SOUTH COAST OF SANTA CATARINA

**Lucas Canestri de Oliveira<sup>1</sup>**

**Ana Alice Vilas Boas<sup>2</sup>**

**José Roberto Pereira<sup>3</sup>**

## RESUMO

O presente artigo visa contribuir com a formulação de um modelo de análise dentro da perspectiva conceitual que considera os elementos da esfera pública habermasiana como fundamentos para o conceito de gestão social. O trabalho se propõe a analisar o processo, ainda incompleto, de criação de uma reserva extrativista no litoral sul do Estado de Santa Catarina. Essa análise será realizada utilizando os critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos propostos por Tenório (2008). O artigo busca dar sustentação teórica para a utilização de tais critérios concebidos para avaliação de intervenções formais, em uma situação de intervenção ainda informal, por meio do conceito de esfera pública literária presente na obra "Mudança Estrutural da Esfera Pública" de Jürgen Habermas. O método proposto permitiu a inferência de que o grupo promotor da política pública atua como um espaço de raciocínio público em processo de autocompreensão.

**Palavras-chave:** Gestão Social, Esfera Pública, Metodologia, Reserva Extrativista.

## ABSTRACT

*This article aims to contribute to the formulation of a model of analysis within the conceptual perspective that considers the elements of the Habermasian public sphere as the basis for the concept of social management. The study aims to analyze the process, still incomplete, the creation of an extractive reserve in the south coast of Santa Catarina. This analysis is performed using the criteria for evaluating participatory deliberative decision-making processes proposed by Tenório (2008). The article seeks to provide theoretical support for the use of such criteria designed to evaluate interventions formal intervention in a situation still informal, through the concept of public sphere literary in this work "Structural Transformation of the Public Sphere" of Jürgen Habermas. The proposed method allowed the inference that the promoter group of public policy acts as an area of public reasoning in the process of self-understanding.*

*Key Words:* Social Management, Public Sphere, Methodology, Extractive Reserve.

<sup>1</sup> Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras - PPGA/UFLA. E-mail: [canestri@gmail.com](mailto:canestri@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras, mestre em Administração com ênfase em Desenvolvimento Rural também pela Universidade Federal de Lavras, doutora em Administração pela Universidade de Reading na Inglaterra e Bacharel em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas Simonsen. E-mail: [ana.alice@dae.ufla.br](mailto:ana.alice@dae.ufla.br).

<sup>3</sup> Bolsista Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq. Orientador no Mestrado Profissional em Administração Pública, no mestrado acadêmico e no Doutorado em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduado em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras (1987), mestre em Administração pela mesma Universidade (1991) e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Lavras. E-mail: [jrobpereira25@yahoo.com.br](mailto:jrobpereira25@yahoo.com.br).

## Introdução

Os processos decisórios participativos deliberativos são os principais eventos que permitem observar o que tem se chamado de gestão social (TENÓRIO, 2008). Notoriamente os conselhos gestores deliberativos cuja composição seja paritária entre Estado e Sociedade Civil. A figura do conselho gestor é, portanto, frequentemente associada à instrumentalização do que prescreve a teoria normativa da gestão social. Essa teoria, por sua vez, define esta modalidade de gestão como “o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação onde todos tem o direito a fala e sem nenhum tipo de coação” (TENÓRIO, 2008, p.40).

Ao propor analisar o processo específico da criação de uma reserva extrativista no litoral sul do Estado de Santa Catarina, este trabalho foca a busca de legitimação de uma pretensão social que ainda não foi institucionalizada no âmbito do Estado. Ou seja, diferentemente de um conselho gestor deliberativo, o foco recairá sob os aspectos informais de intervenção (SOUZA CABRAL, 2011). Essa análise será realizada utilizando os critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas de Tenório (2008).

O artigo buscará dar sustentação teórica para a utilização dos critérios concebidos para avaliação de intervenções formais, em uma situação de intervenção informal, por meio do conceito de esfera pública literária presente na obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública” de Jürgen Habermas. De modo que o trabalho visa contribuir dessa maneira com a confecção de um modelo de análise para a investigação de processos “ainda em seu nascedouro” (SOUZA CABRAL, 2011) dentro da perspectiva conceitual que considera os elementos da esfera pública habermasiana como fundamentos para o conceito de gestão social.

Tal proposta baseia-se no fato de que Habermas não propõe uma teoria geral da esfera pública e sim um método para analisá-la. Seu “método sociológico-histórico se diferencia da pretensão da sociologia formalista da teoria funcionalista e estruturalista” (HABERMAS, 2003, p.10). Essa abordagem é sintetizada no referencial teórico e consorciada, no tópico reservado ao método, aos critérios avaliativos de Tenório (2008) para, por fim, proceder à análise.

## Referencial Teórico

### Fundamentos da esfera pública

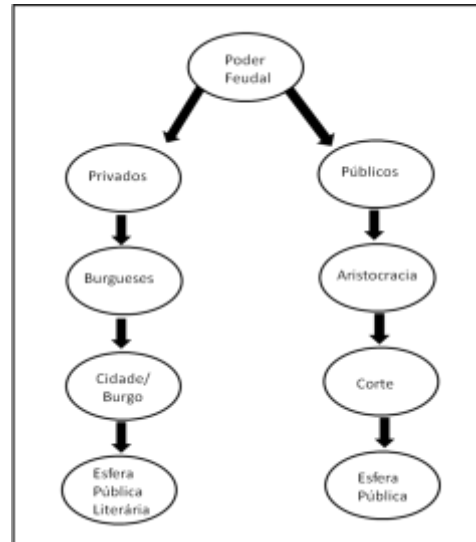
Segundo Habermas (2003), o sentido de esfera pública e esfera privada, só ficou nitidamente destacado depois que os Estados nacionais e territoriais destruíram os fundamentos do poder feudal, poder que se cindiu de um lado, em elementos privados, e de outro, em elementos públicos. “Privado significava estar excluído (privado) do aparelho do Estado, pois “público” referia-se ao Estado que se objetivava perante a pessoa do soberano e da aristocracia” (HABERMAS, 2003, p.24). O autor apresenta neste momento, a gênese do sentido de público que pretende combater:

O poder público se consolida em algo que apresenta antítese e que é tangenciável por aqueles que lhes são meros subordinados, pois de início, só encontram nele a sua própria definição negativa, ou seja, “os privados”.

Nesse sentido estrito, “público” torna-se sinônimo de estatal. E como contrapeso à autoridade, constitui-se a sociedade civil burguesa. (HABERMAS, 2003, p.31).

A figura (1) tem a intenção de organizar analiticamente o argumento de Habermas (2003) no período de início dos Estados nacionais.

**Figura 1 – Estrutura conceitual**

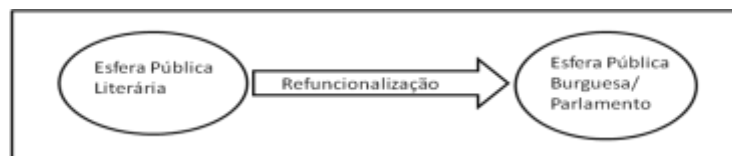


**Fonte: Elaboração própria baseada em Habermas (2003)**

Dos elementos “privado e público” derivam outros elementos tais como; a burguesia e a aristocracia; e a cidade/burgo e a corte. Habermas (2003) argumenta que, a cidade não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa em antítese política e cultural à corte aristocrática, ela caracteriza, antes de tudo, “uma primeira esfera pública literária que encontra suas instituições nos coffee-houses, nos salons e nas comunidades de comensais” (HABERMAS, 2003, p.45).

Não que se deva crer que, com os cafés, os salões e as associações a concepção de “público” tenha sido efetivamente concretizada, mas, com eles, ela foi institucionalizada enquanto ideia e, com isso, colocada como reivindicação objetiva e, nessa medida, ainda que não tenha se tornado realidade, foi, no entanto eficaz. (HABERMAS, 2003, p.52)

O fato histórico relacionado com a esfera pública literária foi a invenção da imprensa (HABERMAS, 2003). Nessa esfera pública literária, a natureza pública do poder público foi contestada pelo raciocínio político das pessoas privadas. “A esfera pública literária era o campo de manobras de um raciocínio público que ainda girava em torno de si mesmo, num processo de autocompreensão” (HABERMAS, 2003 p.44). Esse processo “realiza-se como a refuncionalização da esfera pública literária, transformando a opinião pública como a única fonte legítima das leis” (HABERMAS, 2003, p.68).

**Figura – 2: Refuncionalização da Esfera Pública Literária**

**Fonte: Elaboração própria baseada em Habermas (2003)**

A esfera pública burguesa pode ser entendida como “a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, 2003, p.93), elas reivindicam que esta esfera pública seja regulamentada pela autoridade, formando um espaço intersubjetivo e comunicativo, no qual as pessoas tematizam as suas inquietações por meio do entendimento mútuo, pressupõe igualdade de direitos individuais e ausência de coação (HABERMAS, 2003).

A esfera pública que até então era considerada a esfera do poder estatal é resignificada e institucionalizada como “um fórum para onde se dirigem as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública.” (HABERMAS, 2003, p.41).

De acordo com Nascimento (2006), encontra-se no pensamento habermasiano uma postura teórica que aponta para a possibilidade de uma reorganização dos espaços destinados a discussões de interesse público no seio da própria sociedade.

Portanto, a intenção dessa síntese é destacar a importância que Habermas atribui ao momento que antecede a institucionalização da esfera pública. A esfera pública habermasiana em si, seu desenvolvimento, releituras e atualizações conceituais não faz parte direta do escopo deste artigo. Assim sendo, na próxima seção passaremos a abordar os fundamentos da Gestão Social com o intuito de subsidiar as análises a serem realizadas a respeito deste tema.

### **Fundamentos da gestão social**

Segundo Guerreiro Ramos (1981), pensar em uma gestão diferente (não necessariamente antagônica) do modelo tradicional, que, em termos teóricos e empíricos, pode ser considerado hegemônico, traz inúmeros desafios. Segundo Tenório (2008), a gestão social poderia ser considerada como uma “linha de fuga” em relação à hegemonia da tradição positivista centrada na racionalidade utilitária do pensamento administrativo. Neste sentido:

[...]Esforços de aproximações teórico-conceituais entre gestão social e esfera pública tem sido comuns na literatura recente em administração pública e sinalizam que os espaços públicos constituem uma das bases para se compreender e consolidar o conceito de gestão social. (OLIVEIRA, CANÇADO & PEREIRA, 2010 p.613).

Oliveira et. al. (2010) afirmam ainda que, as características apontadas para a gestão social são convergentes com as práticas esperadas nos espaços públicos habermasianos, considerando que as proposições teóricas a respeito de “público” e da esfera pública em Habermas constituem os pilares para se compreender, delimitar e propor um conceito de gestão social.

De acordo com Schommer e França Filho (2008, p. 61), “tais esforços vêm no sentido de construir um arcabouço conceitual, metodológico e instrumental que

acompanhe e ofereça sustentação à gestão social”. Sendo assim, a principal característica da gestão social enquanto conceito, baseada em Tenório (2008) é a tomada de decisão coletiva, livre de coerção onde todos têm liberdade de manifestar o que pensam. Tenório (2008) argumenta ainda que a gestão social;

[...] tem sido mais associada à gestão de políticas sociais ou até ambientais, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo. Ainda não esta amadurecida a visão que entende que a gestão das demandas da sociedade pode acontecer para além do Estado, via sociedade (TENÓRIO, 2008, p. 40).

A gestão social seria, portanto, um caminho para uma emancipação, pois incita a um “gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO 2008, p. 40). Culminando por fim, no conceito de cidadania deliberativa, “uma cidadania ativa, relacionada com a presença constante da sociedade civil nas discussões na esfera pública, interagindo com a economia e com o Estado” (TENÓRIO, 2010, p. 4). A cidadania deliberativa busca se legitimar a partir,

[...] das decisões políticas que devem ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios do diálogo, da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. (TENÓRIO, 2010, p. 12).

Neste contexto, e no intuito de amadurecer “a visão que entende que a gestão das demandas da sociedade pode acontecer para além do Estado” de que fala Habermas, passamos a discutir, na próxima seção, os aspectos de intervenção social formal e informal das práticas de gestão social.

### **A intervenção formal e informal**

A gestão social é um campo de natureza abstrata, mas manifesta no mundo da vida atuando na intermediação das racionalidades do Estado, do mercado e da comunidade (SOUZA CABRAL, 2011). Esse campo é marcado pela intervenção social, seja formal ou informal. “Ignorar estes dois últimos aspectos limita o exame sociológico das situações multifacetadas que ocorre nessa área” (SOUZA CABRAL, 2011 p50). A autora argumenta ainda:

As organizações, informais e formais, podem ser identificadas substantivamente como elementos criadores, fiadores e acreditadores de novas sociabilidades a partir da coesão proposta em suas missões (SOUZA CABRAL, 2011, p. 51).

A intervenção formal parte da crítica ao atual Estado centralizador, o que culminou na criação de espaços públicos de negociação e deliberação “manifesta na defesa de uma esfera pública não-estatal” (PAES DE PAULA, 2005, p. 40). Considerando assim, a participação como o caminho para o exercício da cidadania deliberativa e esta “como um caminho viável na

tentativa de superar as limitações da cidadania representativa” (TENÓRIO, 2010 p. 4).

Especificamente sobre os conselhos gestores, Vieira e Weber (2000) argumentam que estes são previstos na legislação, e começaram a adquirir relevância na sociedade brasileira contemporânea. Um conselho gestor é, portanto, um espaço de manobra institucional aberto na legislação, e caminha na direção de uma gestão compartilhada, é um avanço político na democracia brasileira conquistado nesta recente história nacional (GONH, 2001; DAGNINO, 2002).

Entretanto, entendemos intervenção informal como a prática política que ainda não foi institucionalizada no âmbito do Estado, logo, sem poder de deliberação. Quanto a este aspecto, podemos apontar os processos os quais as pessoas buscam institucionalizar, através de movimentos e organizações da sociedade civil, objetivos que proporcionem legitimidade às suas pretensões (TENÓRIO, 2008). Neste contexto, Souza Cabral (2011) orienta que a intervenção informal já deve ser reconhecida como elemento constitutivo da intermediação das diversas racionalidades, e que esse processo é a “exteriorização e a representação da pluralidade dos fatos sociais ainda em seu nascedouro” (SOUZA CABRAL, 2011, p. 51). Dando, portanto sustentação a tese de que uma intervenção mesmo que informal, já existe.

Em síntese e tendo em vista os objetivos deste trabalho, o quadro (1) elenca os pontos considerados mais significativos da esfera pública literária (aspectos informais) e da esfera pública (aspectos formais).

**Quadro-1: Comparação entre os aspectos formais e informais no âmbito conceitual da esfera pública**

Aspecto Informal	Aspecto Formal
Busca a regulamentação jurídica no âmbito do Estado	Possui dialogicidade entre sociedade e Estado
Oposição ao sentido de <i>público</i> como sinônimo de <i>estatal</i>	Formação da opinião pública pela sociedade civil organizada
Esfera pública literária	Esfera pública ou, espaço público compartilhado entre sociedade e Estado, com poder de decisão em assuntos de interesse público
Não há compartilhamento de poder decisório	Cidadania Deliberativa

**Fonte: Elaboração própria a partir de Souza Cabral (2011), Habermas (2003) e Oliveira et. al. (2010).**

O quadro elaborado com subsídios destes autores, não aponta para uma complementaridade nem para uma oposição entre os dois aspectos em questão, mas sim para duas paisagens políticas distintas, todavia, seu objeto é o mesmo, o compartilhamento do poder.

Em se tratando de intervenção formal e informal e levando em consideração os fundamentos da esfera pública Habermasiana e os elementos da Gestão Social enfatizando o engajamento dos cidadãos nas decisões que os afetam, este artigo busca articular estes temas no processo de criação de uma reserva extrativista. Portanto, torna-se relevante apresentar, a seguir, um suporte teórico e legal sobre esse modelo de unidade de conservação, mesmo que breve, para situar melhor as análises que se seguirão.

## Considerações sobre Reserva Extrativista

Reserva Extrativista (Resex) é uma unidade de conservação federal de uso sustentável regulamentada pelo Artigo 18 da lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação (SNUC). Uma unidade de conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração (SNUC, 2004 p. 9). O objetivo básico das unidades de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. (SNUC, 2004 p. 15)

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais (SNUC, 2004 p. 19 e 20). A proposta desse modelo de unidade de conservação surgiu durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros ocorrido em Brasília, de 17 a 21 de outubro de 1985, como uma idéia de reforma agrária apropriada às comunidades extrativistas da Amazônia. Em 1990, por meio de um decreto presidencial, a proposta foi transformada em política pública sendo que a primeira a ser criada foi a Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre (sítio: BIBLIOTECA DA FLORESTA)

Uma Reserva Extrativista é gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (SNUC, 2004 p. 20).

Partindo desta base teórica e do espaço considerado para avaliar as práticas de Gestão Social no âmbito dos aspectos informais, adotou-se o seguinte procedimento metodológico para realização deste trabalho.

## Método

Os esforços de construir um arcabouço conceitual, metodológico e instrumental que acompanhe e ofereça sustentação à gestão social, vêm no sentido de que “tal processo de construção tende a ocorrer de maneira estreitamente vinculada às práticas que são testadas, reconhecidas e desenvolvidas no campo da gestão”. (SCHOMMER & FRANÇA FILHO 2008, p 61). Isso explica a escolha de analisar o processo específico de criação de uma reserva extrativista no litoral sul de Santa Catarina a partir dos critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos de Tenório (2008), apesar destes critérios terem sido elaborados para analisar a cidadania deliberativa, ou seja, a esfera pública habermasiana institucionalizada no âmbito do Estado, portanto uma intervenção formal.

Tenório (2008) propõe 21 critérios divididos em 6 categorias para avaliação de tais processos. De acordo com o Quadro 2, os critérios estão agrupados nas categorias; processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum.

A proposta metodológica deste trabalho é utilizar tais critérios no momento anterior a institucionalização da esfera pública no âmbito estatal, momento em que não ocorre o compartilhamento da autoridade decisória sobre os negócios

públicos. Em outras palavras, onde não há poder deliberativo. Habermas (2003) chamou esse momento de esfera pública literária, chamaremos aqui de esfera pública embrionária.

#### Quatro-2 Categorias e critérios para avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas.

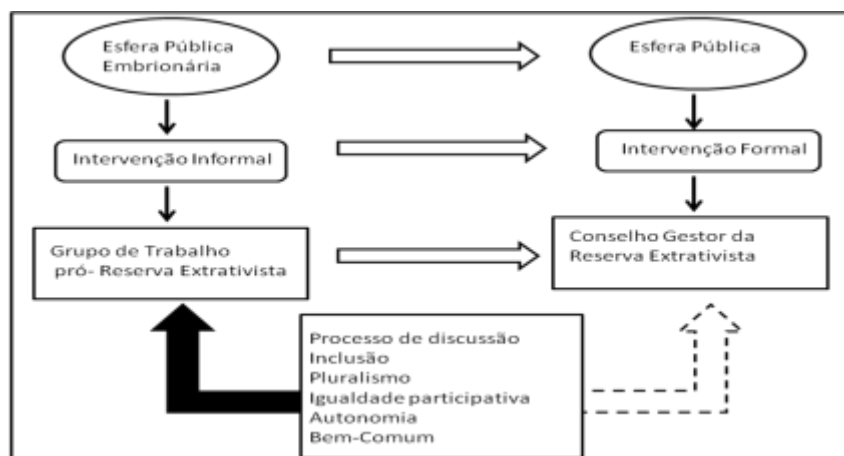
Categoria	Critérios
<p><b>Processo de discussão:</b> discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Canais de difusão</li> <li>• Qualidade da informação</li> <li>• Espaço de transversalidade</li> <li>• Pluralidade do grupo promotor</li> <li>• Órgãos existentes</li> <li>• Órgãos de acompanhamento</li> <li>• Relações com outros processos participativos</li> </ul>
<p><b>Inclusão:</b> incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura dos espaços de decisão</li> <li>• Aceitação social, política e técnica</li> <li>• Valorização cidadã</li> </ul>
<p><b>Pluralismo:</b> multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação de diferentes atores</li> <li>• Perfil dos atores</li> </ul>
<p><b>Igualdade participativa:</b> isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma de escolha de representantes</li> <li>• Discursos dos representantes</li> <li>• Avaliação participativa</li> </ul>
<p><b>Autonomia:</b> apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Origem das proposições</li> <li>• Alçada dos atores</li> <li>• Perfil da liderança</li> <li>• Possibilidade de exercer a própria vontade</li> </ul>
<p><b>Bem comum:</b> bem-estar social alcançado através da prática republicana</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos alcançados</li> <li>• Aprovação cidadã dos resultados</li> </ul>

Fonte: Tenório (2008).

Por fim, o modelo de análise proposto pode ser esquematicamente traduzido da seguinte forma:



**Figura-3: Modelo de análise: Esfera pública embrionária sob o enfoque dos critérios avaliativos de Tenório (2008).**



Fonte: Elaboração própria

A esfera pública embrionária, caracterizada pela intervenção informal é representada pelas atividades e discussões promovidas pelo grupo de trabalho promotor da resex, essa dinâmica será analisada à luz dos critérios avaliativos propostos inicialmente por Tenório (2008), para avaliação de processos participativos deliberativos formais. Essa mudança de objeto de análise é representada pela seta grande em negrito e a seta tracejada representa o enfoque original. As setas horizontais indicam que o processo está em curso, ou seja, a esfera pública embrionária está numa dinâmica de institucionalização tendo em vista sua refuncionalização em esfera pública.

A análise de dados foi realizada a partir dos dados e informações sistematizados por Miranda e Oliveira (2007) no “Relatório Socioeconômico para a Criação da Reserva Extrativista de Imbituba e Garopaba”. Esse relatório contém dados que descrevem o processo de mobilização e esclarecimento das partes envolvidas para a implantação da reserva extrativista, tais como atas de reuniões, fluxogramas e fotos, extrapolando os dados estritamente socioeconômicos.

## Discussão dos resultados

### Processo de discussão

Consideramos pertinente esclarecer as peculiaridades que deram início a este processo de discussão. Como dito por Souza Cabral (2011) “as situações multifacetadas que ocorrem”.

No ano de 2004, os pescadores artesanais da comunidade da Ibraquera localizada a 70Km ao sul da capital Florianópolis entre os municípios de Garopaba e Imbituba obtiveram informações sobre a categoria de unidade de conservação denominada Reserva Extrativista (Resex) durante o I Encontro da Pesca Artesanal promovido pelo Fórum da Agenda 21 Local (F.Ag21L). Após os esclarecimentos dados por pesquisadores e representantes de ONGs ambientalistas, a Associação de Pescadores da Comunidade da Ibraquera (ASPECI) e lideranças comunitárias locais decidiram dar o primeiro passo para a criação de uma Resex, que é a solicitação dos usuários do recurso para abertura do processo de criação junto ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais/CNPT (na época pertencente ao IBAMA, hoje o CNPT faz parte do Instituto Chico Mendes para a Conservação

da Biodiversidade- ICMbio). O pedido foi assinado por trezentos moradores e pelas entidades que os representam.

Após uma vistoria na região, o CNPT avaliou a pertinência do pedido, abrindo o processo que deve instruir a criação deste tipo de unidade de conservação. Foi criado então, no âmbito do F.Ag21L, um grupo de trabalho para promover o processo, o GT-resex.

### **Canais de difusão**

O principal canal de difusão são as reuniões do F.Ag21L e as reuniões do GT-resex. As reuniões são públicas, sendo que as do Fórum são geralmente realizadas em salões paroquiais, escolas e sedes de associações de moradores. E as reuniões do GT-resex, além dos lugares supracitados, também são realizadas em ranchos de pesca e casas de pescadores. Outros canais de difusão também foram e ainda são utilizados, tais como, a confecção de informativos (jornalzinho), folders, banners, entre outras mídias impressas, o telefone, o convite protocolado (no caso para instituições públicas), rádios comunitárias, carro de som, grupo e-mails, igrejas e escolas. Apesar disso, não pode ser subestimada a difusão boca a boca, no âmbito das famílias, no trabalho e nas rodas de amigos. Este canal “alternativo” de difusão, embora poderoso no sentido de colocar o assunto no cotidiano das pessoas, gera distorções e boatos. À medida que o assunto resex foi compondo o cotidiano das pessoas da região, surgiu um discurso de oposição a ela que também utiliza alguns destes canais de difusão.

### **Qualidade da informação**

As informações repassadas pelos canais de informação, por meio do grupo que busca a institucionalização da resex, orientam-se pela legislação que institui essa categoria de unidade de conservação e de outros materiais de natureza legal, tais como instruções normativas, portarias e da legislação ambiental como um todo. Além disso, o processo conta com o apoio do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina NMD/UFSC, dando suporte teórico no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

### **Espaços de transversalidade**

O espaço de transversalidade é considerado neste trabalho como um arranjo institucional que possui conexões institucionais transescalares (BERKES, 2005).

Trata-se de uma obra de “engenharia institucional” voltada para a co-gestão entre comunidade, governo, academia, iniciativa privada, e redes de movimentos sociais. O termo transescalar é para designar que as conexões são tanto horizontais, através do espaço geográfico, quanto verticais, através de níveis de organização (BERKES, 2005 p. 293).

Nesse sentido podem ser considerados como espaços de transversalidade o GT-resex, o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (CONAPA-BF) e o F.Ag21L.

## Pluralidade do grupo promotor

O grupo promotor deste processo é autodenominado de “GT-coordenação”. É composto pelo Conselho Comunitário da Ibiraguera (CCI), a Associação dos Pescadores da Comunidade da Ibiraguera (ASPECI), o Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (DAP/MMA), o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais (CNPT/ICMBio), o Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC) a Chefia da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA-BF), e o Núcleo de Educação Ambiental da Superintendência Estadual do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (NEA/ICMBio).

## Órgãos existentes

Não é a intenção deste trabalho inventariar todas as instituições que de alguma forma direta ou indireta intervêm no processo. A pluralidade de interesses comuns e conflituosos que a criação da resex suscita faz crer que todas as instituições do território de uma maneira ou de outra marcam posição. Contudo, as instituições que compõem a *esfera pública embrionária* dessa dinâmica estão contextualmente dispostas nos itens deste tópico de resultados.

## Órgão de acompanhamento

O acompanhamento neste caso será tratado sob dois aspectos, o acompanhamento ativo e o passivo. Quanto ao primeiro aspecto pode-se dizer que todas as instituições do “GT-coordenação” acompanham o processo, mas, considerando numa ponta a ASPECI, instituição requerente da política pública, e na outra, o órgão de Estado responsável pela instrução do processo (Ministério do Meio Ambiente), destaca-se o papel do NMD/UFSC como o principal órgão de acompanhamento ativo na figura de seus pesquisadores e extensionistas. Quanto ao acompanhamento passivo, no sentido de ter a característica de ser um observador externo, pode-se destacar o CONAPA-BF, conselho gestor da área de proteção ambiental da baleia franca, formado por 42 instituições.

## Relação com outros processos participativos

Existem três processos participativos cujo GT-resex mantêm relações. (i) Com o supracitado CONAPA-BF, existe uma relação direta, pelo fato de algumas instituições deste GT possuírem cadeira no conselho (CCI, ASPECI e chefia da APA), bem como uma relação indireta, seja no sentido de solicitar moções de apoio, seja colocando na pauta do Conselho matérias para apreciação de seus conselheiros. (ii) com o processo de criação da Reserva Extrativista do Farol de Santa Marta Grande (em Laguna, à 50 km, ao sul de Ibiraguera), promovido pela associação de pescadores do farol, ONGs e instituições de pesquisa. (iii) As conexões horizontais e verticais do GT-resex alçou um de seus membros para representá-lo no Comitê Nacional de Resex Marinhas, apesar da unidade de conservação ainda não ter sido institucionalizada no âmbito do Estado, ou seja, ainda não foi decretada.

## Inclusão

De acordo com a metodologia proposta pelo GT-coordenação, o GT-Resex representa a figura do futuro Conselho Gestor da unidade de conservação. Neste grupo participam representantes das associações de pescadores e moradores locais, representantes dos órgãos do poder público e instituições do terceiro setor. Este espaço é para o aprofundamento dos assuntos colhidos nos três núcleos de base (Lagoa da Ibiraquera, Lagoa da Garopaba e Mar) tratando seus temas focais, suas demandas e debatendo as prioridades de ação. Objetivando, portanto, uma dinâmica de grupo que coaduna com a de um conselho gestor. Optou-se por essa metodologia, pois o GT-coordenação avaliou que o roteiro oficial negligenciou a capacitação nos momentos iniciais a criação de uma Resex, o que poderia contribuir para o atual quadro onde a maioria das reservas extrativistas não possuem um Plano de Manejo e às vezes sequer um conselho gestor. De modo que o GT-resex, além de ações de mobilização e esclarecimento, foi incumbido de iniciar as discussões sobre a organização e planejamento do futuro conselho gestor, sua natureza deliberativa, o regimento interno, sua estrutura, os instrumentos de gestão, etc. Possuindo assim, uma formatação pedagógica no sentido de uma capacitação inicial dos atores.

## Abertura dos espaços de decisão

O GT-resex é um catalisador de demandas e chegou a mediar situações como, por exemplo, a construção de novos ranchos, retirada de cercas nas praias e caminhos de acesso a pontos de pesca e balneários, explosão de pedra matadeira [sic] próxima a porto, fiscalização da pesca predatória, regulamentação de esportes náuticos nas lagoas e no mar, entre outras. Para atingir o maior número possível de usuários do recurso, optou se por dividir o território proposto nos três núcleos de base, de modo que as reuniões são realizadas de forma alternada nos lugares. A criação dos núcleos de base faz parte da formatação didática para o encaminhamento das especificidades locais junto ao GT-resex.

## Aceitação social, política e técnica

Considerando a aceitação algo individual, observa-se na aceitação social e política a aceitação madura, plural, insegura, de má-fé, etc., comuns em processos democráticos. Estima-se que a maioria dos pescadores da região apóie a criação da resex, tendo como base a participação, não só de muitos destes, como também de seus principais representantes, os patrões de rancho e mestres da pesca. A comunidade autóctone é descendente de imigrantes açorianos, cujo sistema produtivo era a agricultura de subsistência e a pesca. De modo que podemos inferir que ainda exista pelo menos um pescador na maioria dos clãs familiares. O debate entra assim na esfera privada da família, conseqüentemente daí, para a aceitação política. Nesse ponto a estratificação social torna-se mais nítida. A “classe política”, o setor imobiliário, investidores e alguns forasteiros, na sua maioria não “vêm” legitimidade nessa organização, bem como muitos moradores nativos que por ventura sintam seus interesses ameaçados. Do ponto de vista da técnica, imagina-se que a recusa social e política indica para a recusa das técnicas e métodos utilizados, no caso, pelo GT-coordenação. Pois não deixa de ser contudo, um processo, uma construção coletiva que busca sua institucionalização, e não sua dissolução.

## Valorização cidadã

A atual falta de canais que assegurem direitos faz pano de fundo para um arranjo institucional transescalar como é o GT-resex, destacando sua utilidade já no curto prazo. O acolhimento de demandas individuais como a construção de ranchos ou sarilhos, ou coletivas, no caso da regulamentação de esportes náuticos. Demonstra que o direito do(s) cidadão(s) foi garantido e acessado. A valorização do cidadão tende, portanto, a acontecer quando existem tais quadros secundários intercalados entre o indivíduo e o Estado.

## Pluralismo

A pluralidade de um arranjo dessa natureza pode ser observada sob aspectos distintos. Do ponto de vista individual, profissional, institucional, político, etc. Refletindo o pluralismo da própria comunidade onde está inserido. Contudo, o fato do GT-resex ser ainda uma instituição informal, diminui sua pluralidade, por exemplo, estão ausentes os representantes dos executivos e legislativos municipais (Imbituba e Garopaba). Mas essa omissão é vista por membros do GT como uma estratégia contrária a criação da resex, tendo em vista que surgiria na região uma instituição com poder de deliberação sob parte do território dos municípios, onde os poderes municipais teriam acento, mas não a concentração desse poder deliberativo.

## Participação de diferentes atores

Fica claro que a participação de diferentes atores acarreta em maneiras diferentes de participar. Referindo-se novamente ao atual quadro de carência de canais de expressão dos diretos, onde, quando existem, como o caso dos conselhos municipais, existem amiúde para corroborar decisões pré-estabelecidas em gabinetes, a participação na gestão de assuntos comuns torna-se incomum, não é um hábito na vida da maioria das pessoas. Há quem se irrite com o simples fato de ter que submeter-se a uma lista de inscrição para falar, dentre outros comportamentos que indicam a falta de intimidade com espaços públicos de discussão. Mas, há quem já possua uma *expertise* e consiga conduzir ou mesmo mediar um debate. De modo que a aprendizagem durante o processo é que vai dando lastro institucional para o que se considera ser aqui uma esfera pública embrionária.

## Perfil dos atores

Considerando o perfil dos atores como sendo o seu “papel social” mais adequado para a situação como um todo, temos: pescadores, donas de casa, estudantes universitários, profissionais liberais, professores, ambientalistas, funcionários públicos, surfistas, pousadeiros, empresários, membros do legislativo (municipal, estadual e federal), membros do executivo (municipal, estadual e federal), membros do judiciário (ministério público), agricultores, artesãos e aposentados.

## Igualdade participativa

A igualdade participativa no GT-resex tende a ser entendida como o direito que todas as pessoas tem de participar do coletivo, mas buscando seguir as regras

e acordos realizados na dinâmica do grupo. Como por exemplo, o tempo de fala, forma de encaminhamento de demandas, poder de voto, etc. Resguardando, contudo as idiosincrasias, pois ninguém participa da mesma maneira.

### **Forma de escolha de representantes**

O GT-resex é composto por representantes civis, públicos e eventualmente militares. Cada representante é indicado por seus pares em suas respectivas instituições. Portanto, o GT-resex não interfere em sua própria composição, admitindo e assegurando, portanto, a participação de representantes de instituições contrárias a criação da reserva extrativista. E abrindo o debate para as outras formas possíveis de otimização da gestão dos recursos pesqueiros.

### **Discursos dos representantes**

Os discursos no âmbito do GT-resex são diversificados, mas podemos sintetizá-los em (i) discurso favorável e (ii) discurso contrário a criação da reserva extrativista. Sem perder contudo, a diversidade interna dos próprios discursos, como vieses ambientalistas, legalistas, acadêmicos, corporativistas, etc. Mas, para estes não serão feitas análises em profundidade neste momento, destacando a título de exemplo apenas a argumentação “legal/fiscal”. Como observado no item acima, com a presença de instituições contrárias (às vezes apenas inseguras) à criação da reserva extrativista, surge o discurso por vezes frontalmente oposto ao discurso que defende sua criação. O discurso da oposição busca sustentação na abundância de leis e instruções normativas que existem e jazem no ostracismo, bem como na falta de policiamento e fiscalização. Argumentam que a criação de uma resex é dispensável por já existir legislação sobre o assunto e que basta, portanto executar o que existe. O discurso do grupo pró-resex entende que com a criação da reserva extrativista, o poder de fiscalização aumentará, pois o conselho gestor manterá contato permanente com instituições de fiscalização e controle, argumento sustentado pela parceria realizada já no GT-resex entre a ASPECI e a polícia ambiental na fiscalização da pesca nas lagoas.

### **Avaliação participativa**

Considera-se aqui a avaliação em dois momentos, uma anterior a ação e outra posterior a ação. No momento anterior à ação, os assuntos em pauta são avaliados no sentido de quais os procedimentos devem ser tomados, os recursos humanos necessários, os meios de divulgação pertinentes, enfim, as demandas são avaliadas e colocadas numa ordem de prioridades. No âmbito do GT-resex, pode-se observar que os pescadores que representam o núcleo de base do mar, são mais ágeis no que se refere a essa avaliação. Quando esse processo dá resultado, como por exemplo, a proibição da pesca subaquática nos costões, esse resultado é relatado nas reuniões do GT. Nesse momento ocorre o que se considera ser a avaliação posterior a ação. Como o grupo é informal, não tendo portanto, poder de deliberação, essa avaliação surge como um relato das dificuldades encontradas, geralmente relacionadas a procedimentos burocráticos seja na lida com instituições como IBAMA e Ministério Público, seja na execução e fiscalização da nova norma. É importante destacar também que, neste momento, outros pescadores vão

aprendendo quais os caminhos que devem seguir para o encaminhamento de suas demandas.

### **Autonomia**

Apesar do GT-resex possuir acompanhamento institucional de órgãos governamentais e não governamentais, o grupo pode ser considerado autônomo, pois dentro do amplo espectro do que se diz ser autonomia, observa-se que o grupo não se submete a nenhum de seus membros, embora não se possa negar que todos exerçam uma influência determinante em assuntos específicos. Mas a autonomia aqui atribuída ao grupo também está condicionada à sua natureza embrionária, o GT não tem, por si só, o mínimo de infra-estrutura, por exemplo, não tem sede social, orçamento ou secretaria própria. É o consórcio de instituições que oferece tais recursos humanos e materiais.

### **Origem das proposições**

Observa-se que as proposições encaminhadas ao GT-resex advêm, em sua grande maioria, dos pescadores artesanais, e dizem respeito ao sistema produtivo pesqueiro. Contudo, a participação de outros atores sociais no grupo, diversifica tais proposições. Uma associação de surfistas, por exemplo, propôs que o GT, buscasse providência quanto à circulação e estacionamento de veículos na faixa de areia de uma praia da região - já uma associação de moradores, propôs que o GT tomasse conhecimento e se manifestasse em relação à mudança do plano diretor do bairro, dentre outras proposições. Enfim, com o passar do tempo, pode-se constatar que mesmo as instituições que num momento inicial, participavam do grupo mais como simpatizantes das reivindicações dos pescadores, passaram a ver o GT como um fórum capaz de impulsionar suas próprias demandas.

### **Alçada dos atores**

Utilizando o *território* como dimensão norteadora para a análise da alçada das instituições que compõem o GT-resex, observa-se que estas possuem competências variadas. A começar pelas associações locais de pescadores e moradores, que possuem em seus estatutos os limites para sua intervenção. Estes limites não são muito rígidos na prática, mas não chegam a alçá-las ao que se atribui serem instituições regionais, nacionais ou internacionais. Tais instituições são do lugar, locais. A representação da chefia da APA da Baleia Franca, embora vinculada a uma instituição de atribuição nacional, tem a incumbência de somar-se a gestão do território onde está demarcada, 156.100 hectares da costa centro-sul de do Estado de Santa Catarina. O ICMBio por meio de sua superintendência estadual com seu Núcleo de Educação Ambiental tem atribuição estadual. Outra instituição de alçada nacional é a Universidade Federal de Santa Catarina, mas as especificidades desta instituição transformam-na em “instituições” estaduais, regionais e locais, graças ao princípio da extensão universitária, que no caso, é executado pelo NMD/UFSC. O CNPT e o DAP/MMA, que acompanham o processo, tem alçada nacional. Também existe no território organizações-não-governamentais de ramificações internacionais.

## Perfil da liderança

As lideranças do processo para a criação da resex são majoritariamente autóctones, com destaque para pescadores idosos que emprestam sua credibilidade ao GT. As lideranças mais jovens ficam a cargo da difusão de informações, das articulações políticas, das relações institucionais, etc. Existem também as lideranças migrantes que são ambientalistas e profissionais liberais. Deve-se aqui destacar que, apesar do sistema produtivo pesqueiro ser um setor predominantemente masculino, duas das principais lideranças são mulheres, uma nativa, outra migrante.

## Possibilidade de exercer a própria vontade

Como já foi argumentado, com o sucesso de algumas investidas, o GT-resex passou a ser percebido como um catalisador de demandas não apenas dos pescadores, mas também de outras instituições e pessoas, atribuindo ao grupo o status de “fiscal do meio ambiente” e para onde eram encaminhadas as mais variadas denúncias, tais como, construção de fossas em lugares inadequados, corte de árvores, aterro de banhado, animais soltos, tráfico de drogas, som automotivo..., etc., demandas que mesmo quando alheias aos propósitos originais do grupo, eram reencaminhadas aos órgãos competentes. Pode-se, portanto, inferir que o GT-resex passou a ser visto como uma instituição onde a “vontade” do cidadão pode vir a se concretizar. Todavia, essa possibilidade de exercer a própria vontade ainda é imatura, muitas inclusive motivadas por desafetos entre parentes e vizinhos.

## Bem comum

Por outro lado o GT-resex também é visto como um fórum mediador de conflitos relacionados ao acesso e ao manejo dos recursos naturais comuns (lagoas, praias, costões, mar e seus frutos), e conseqüentemente, com a preservação da qualidade dos sistemas que compõem tais ambientes. É comum o argumento que apregoa um manejo sustentado por questões éticas, tendo em vista as futuras gerações. Como também o argumento que diz serem todos os pescadores e moradores responsáveis pelo cumprimento das leis e dos acordos locais que minimizam impactos nos ambientes e estoques pesqueiros. Nesse sentido o GT-resex, mesmo com suas limitações, contribui de uma forma didática para o desenvolvimento de uma percepção republicana, para a ideia de bem comum e do público bem compreendido.

## Objetivos alcançados

Já foram abordadas algumas intervenções e mediações realizadas pelo GT-resex cujo resultado foi, se não o ideal, na direção indicada pelo coletivo. Desta maneira, avalia-se que um dos objetivos do grupo promotor foi alcançado, pois, exerceu a gestão social em assuntos de interesses comuns, que, mesmo predominando no sistema produtivo pesqueiro, não se omiti em outras questões de interesse público. Todavia, intenciona ainda o objetivo da sua institucionalização no âmbito do Estado. O processo de criação da resex vem cumprindo suas etapas previstas na lei, aguardando atualmente a avaliação da Casa Civil para redação do decreto presidencial que a institui.



## Aprovação cidadã dos resultados

Observa-se tanto a aprovação quanto a reprovação dos resultados. De uma maneira geral, pode-se dizer que as ações do GT-resex recebem aprovação da maioria da população, mas, no bojo de uma cultura política clientelista e patrimonialista, certos personagens, quando são obrigados a readequar comportamentos, ou tem algum privilégio revisto, armam-se de desqualificações que tentam imprimir no grupo promotor. Tratar em público a coisa pública é controverso e combatido pelos donos do poder.

## Considerações finais

Analisando o processo, ainda incompleto, de criação de uma reserva extrativista no litoral sul do Estado de Santa Catarina, este artigo procurou contribuir com a formulação de um modelo de análise que permita a avaliação de ambientes de intervenção públicos ainda que informais dentro da perspectiva conceitual que considera os elementos da esfera pública habermasiana como fundamentos para o conceito de gestão social.

Observou-se que o GT-resex atua como um espaço de raciocínio público em processo de auto-compreensão, livre de coerção e que busca o compartilhamento do poder decisório sobre assuntos públicos. Apesar desse compartilhamento de poder ainda ser um objetivo a ser alcançado, tal objetivo vem institucionalizando-se enquanto ideia e colocando-se como reivindicação objetiva, tornando, portanto, a intervenção informal eficaz.

Do ponto de vista metodológico, as categorias e os critérios avaliativos propostos por Tenório (2008) ofereceram um roteiro robusto para análise desse processo informal, gerando a expectativa de um futuro trabalho que esperamos que aconteça, a saber; a análise da refuncionalização dessa esfera pública embrionária em esfera pública e sua avaliação já como processo formal, onde aí sim, poderemos analisar a cidadania deliberativa. Mas ainda sim, consideramos que a dinâmica que ocorre na região de Imbituba e Garopaba faz uso da sociabilidade dialógica, deixando transparecer desta maneira a gestão social.

## Referências

BERKES, F. Conexões institucionais transescalares. In. VIEIRA, P.F.; BERKES, F; & SEIXAS, C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

BIBLIOTECA DA FLORESTA. Disponível em: [www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/](http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br/)

CANÇADO, A. C.; TENORIO, F. G. & PEREIRA, J. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**. Cad. EBAPE.BR [online]. 2011, vol.9, n.3, pp. 681-703. ISSN 1679-3951.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra: UNICAMP/IFCH, 2002.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MIRANDA, C. R. M.; OLIVEIRA, L. C. **Relatório Socioeconômico para a criação da Reserva Extrativista da Pesca Artesanal nos municípios de Imbituba e Garopaba/SC**. Projeto Mata Atlântica – FAO/GCP/BRA/061/WBK, set 2007, 284p.

NASCIMENTO, R. M. F. **A problemática da Esfera Pública no pensamento de Jurgen Habermas**. Política Hoje, v. 1, p.89-105, 2006.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. **Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais**. Cad. EBAPE.BR [online], v.8, n.4, p. 613-626, 2010.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma Nova Gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. São Paulo: FGV, 2005.

SCHOMMER, P. C. & FRANÇA FILHO, G. C. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; et al. **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

SOUZA CABRAL, E. H. de . Uma abordagem normativa para a gestão social no espaço público. In: PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A.C.; SILVA JR., J. T.; RIGO A. S. (Org.). **Gestão social e gestão pública: interfaces e delimitações**. Lavras: Editora UFLA, 2011, v. 1, p. 49-58.

TENÓRIO, F. G. ; DIAS, A. F. ; VILLELA, L. E. ; PORTO, E. C. ; VIANA, B. F. . **Crítérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Salvador. Anais... Curitiba:ANPAD, 2008. CD-ROM.

TENÓRIO, F. G. ; DIAS, A. F. ; MELO, W. S. ; LOPES, J. F. R. . **Da Participação à Cidadania Deliberativa: os Processos Decisórios participativos na Implementação das Políticas Públicas na Região Noroeste Colonial Gaúcho**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, EnAPG, 2010, Vitória. Encontro de Administração Pública e Governança - EnAPG. Rio de Janeiro : ANPAD, 2010.

**SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC:** lei nº 9985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed.aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.